

## ÍNDICE GERAL

<b>RESUMO.....</b>	I
<b>ABSTRACT .....</b>	II
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	III
<b>LISTA DE ABREVIATURAS.....</b>	IV
<b>ÍNDICE GERAL .....</b>	VI
<b>ÍNDICE DE FIGURAS .....</b>	VIII
<b>ÍNDICE DE QUADROS .....</b>	IX
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	1
<b>CAPITULO I – CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A INDICAÇÃO E DETERMINAÇÃO DOS BENS A PENHORAR.....</b>	3
1. Noção e efeitos da penhora.....	3
2. Objeto da penhora.....	8
3. Evolução legislativa dos poderes de indicação dos bens a penhorar.....	13
3.1 Principais alterações legislativas no regime dos poderes de indicação dos bens a penhorar até à reforma do DL n.º 38/2003, de 8 de março.....	13
3.2 Poderes de indicação dos bens a penhorar no Código de Processo Civil com as alterações do DL n.º 38/2003, de 8 de março .....	19
3.3 Poderes de indicação dos bens a penhorar após as alterações introduzidas pelo DL n.º 226/2008, de 20 de novembro .....	22
4. Critérios legais de determinação dos bens a penhorar.....	25
4.1 Princípio da proporcionalidade.....	25
4.2 Princípio da adequação – ordem de realização da penhora .....	29
4.2.1 Considerações sobre a penhora de saldos bancários .....	31
<b>CAPITULO II – PODERES DO AE NA DETERMINAÇÃO DOS BENS A PENHORAR .....</b>	38
1. Realização das diligências prévias à penhora – incumbência do AE .....	38
1.1 Diligências úteis à identificação ou localização de bens penhoráveis.....	40
1.2 Consulta ao registo informático de execuções .....	43
1.3 Dever de informação sobre o resultado das diligências prévias à penhora .....	48
2. Poder de determinação dos bens a penhorar pelo AE .....	49
2.1 Imperativos legais.....	49

2.1.1 Bem onerado com garantia real .....	50
2.1.2 Quinhão em bens indivisos e em patrimónios autónomos .....	53
2.2 Indicação de bens pelo exequente: poder vinculado?.....	56
2.2.1 Indicação de bens referidos nas als. a) a d) do n.º 1 do art. 834.º.....	59
2.2.2 O caso do art. 812º-C, alínea d).....	60
2.2.3 Indicação de bens com vista à restrição da reclamação de créditos fundada em privilégio creditório geral .....	63
2.3 O caso do regime previsto no art. 834.º, n.º 2.....	66
2.4 Substituição ou Reforço da Penhora.....	70
2.4.1 A Requerimento do executado .....	71
2.4.2 Por iniciativa do AE ou a requerimento do exequente .....	72
3. Meios de reação à penhora determinada pelo AE .....	73
3.1 Notas prévias .....	73
3.2 Incidente de oposição à penhora.....	75
3.3 Reclamação/impugnação para o juiz .....	77
<b>CAPÍTULO III – ESTUDO EMPÍRICO .....</b>	<b>80</b>
1. Problema de investigação e objetivos do estudo .....	80
2. Metodologia.....	81
2.1 Amostra .....	82
2.2 Estrutura do questionário .....	83
3. Análise e discussão dos resultados .....	84
3.1 Caracterização da amostra .....	84
3.2 Indicação dos bens a penhorar .....	85
3.3 Decisão sobre os bens a penhorar (penhora de saldos bancários) .....	92
3.4 Decisão sobre os bens a penhorar (outros casos) .....	97
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>102</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>106</b>
Apêndice n.º 1 – Questionário .....	107
Apêndice n.º 2 – Comarcas abrangidas pelo CRNorte .....	112
Apêndice n.º 3 – Carta de apresentação .....	113
Apêndice n.º 4 – Outras razões/motivos que determinam a não realização da penhora de saldos bancários .....	114
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>115</b>
<b>LISTA DE JURISPRUDÊNCIA .....</b>	<b>120</b>